



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

(Dos Srs. Antonio Carlos Mendes Thame e Alfredo Kaefer)

Requer a inclusão de convidados para participarem da Audiência Pública para debater Projeto de Lei nº 7636, de 2014, que altera a redação do art. 21º, 61º e 83º; acrescenta §§ 1º, 2º e 3º ao texto do a art. 80º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que “dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.”

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos regimentais, a inclusão dos nomes abaixo, para participarem da Audiência Pública, a ser agendada, em atendimento ao Requerimento nº 122/2016, - CME da lavra do Deputado Davidson Magalhaes nesta Comissão de Minas e Energia para debater o **Projeto de Lei nº 7636, de 2014**, de autoria do Deputado Alfredo Kaefer, que altera a redação do art. 21º, 61º e 83º; acrescenta §§ 1º, 2º e 3º ao texto do art. 80º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que “dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências”, dos seguintes convidados:

01 - Procurador federal da Advocacia-Geral da União (AGU) e procurador-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Tiago Macedo;

02 - Superintendente de Participações Governamentais e de Terceiros da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Carlos Sanches;

03 - Procurador do Estado do Paraná, Julio Cesar Zem Cardoso, ex Procurador Geral do Estado do Paraná à época da implantação dos pagamentos de royalties da produção de petróleo e gás oriundo de xisto betuminoso pela Petrobras;

04 - Procuradora do Estado do Paraná, Márcia Carla Pereira Ribeiro, designada para defender o Estado do Paraná na questão dos pagamentos de royalties da produção de petróleo e gás oriundo de xisto betuminoso pela Petrobras;

JUSTIFICATIVA

Considerando a importância da requerida Audiência Pública para discutir este PL 7.636/2014, que regula a exploração e a fiscalização de royalties da atividade de produção de gás e petróleo de xisto betuminoso, dando-lhe o mesmo tratamento legal, como também sobre a atribuição da competência da regulação ligada a esta temática à ANP, e requeremos que na Comissão de Minas e Energia que seja incluído o rol de convidados a participarem de audiência pública e contamos com o inestimável apoio dos nobres pares desta Comissão para a aprovação deste aditamento ao requerimento de audiência pública.

Os convidados possuem conhecimento e experiência e em muito poderão contribuir no processo de discussão deste tema da audiência pública. Previamente aprovada.

Diante do exposto, pedimos o apoio e aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala da Comissão, em de junho de 2016.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
PV/SP

Alfredo Kaefer
PSL/PR